

BRAGANÇA MARCA A HISTÓRIA A HISTÓRIA MARCA BRAGANÇA



BRAGANÇA MARCA A HISTÓRIA A HISTÓRIA MARCA BRAGANÇA

Coordenação de Armando Fernandes

Textos

Alexandre Rodrigues | Ana Marques Pereira | António Mourinho
Armando Fernandes | Fernando de Sousa | Filipe Pinheiro de Campos
Francisco Sande Lemos | Francisco Terroso Cepeda
Henrique da Costa Ferreira | Isabel Vaz Freitas
Luís Amaral | João Salvador Fernandes | José Manuel Garcia
José Rodrigues Monteiro | Manuel J. Gandra
Maria Alcina R. Correia Afonso dos Santos
Maria João Guardado Moreira | Maria do Loreto Monteiro
Maria Olinda Rodrigues Santana
Tomás d'Aquino Freitas Rosa de Figueiredo



Geografia

Terra sulcada de rios e inundada de cores

Maria do Loreto Monteiro *

Tomás de Figueiredo **

O solo é um recurso natural, não renovável à escala da vida humana, desenvolvido à superfície da Terra por influência de vários factores de formação: clima, material originário, relevo, organismos (em especial a vegetação) e tempo.

O relevo é um dos factores de formação do solo mais expressivos no concelho de Bragança. Na paisagem da Terra Fria Transmontana, é saliente o contraste entre os relevos vigorosos das serranias e as suaves ondulações planálticas cortadas por uma rede hidrográfica com cursos de água encaixados entre vertentes declivosas. A disposição dos terrenos é, assim, favorável aos mecanismos de erosão, que, aliás, modelaram e modelam ainda hoje estas superfícies, explicando, grandemente a distribuição e características dos solos.

Região de materiais geológicos antigos, alguns dos mais antigos do território português, o seu relevo espelha, todavia, notável actividade morfogenética, sinal de uma sempre renovada mudança na terra que hoje pisamos. É, pois, sobre velhos materiais expostos pela erosão que outro ciclo erosivo desenhou formas, por sua vez desgastadas em novo ciclo na continuada acção do tempo e das águas, encontrando caminho ao rasgar a rocha.

Bragança enquadra-se na vasta superfície planáltica do Nordeste Transmontano, parte integrante da Meseta Ibérica Norte, com altitudes médias da ordem dos 750 aos 900 metros. As serras de Montesinho e Nogueira erguem-se da superfície planáltica como acidentes notáveis do relevo (Agroconsultores e Coba, 1991). Em 1932, Taborda referia: «O Alto Trás-os-Montes é formado por uma sucessão de planaltos que se mantêm sensivelmente quase por toda a parte a uma altitude de 700 metros. Acima deles erguem-se montanhas caracterizadas por idênticos aspectos topográficos. Os planaltos são cortados pela rede de vales profundos do Douro e afluentes».

Continuando, pode dizer-se que este território se repartia, fundamentalmente, por dois domínios altimétricos definidos entre os 400 e os 1000 metros. A faixa dos 700 aos 1000 metros, espacialmente mais importante, desenhava as superfícies planálticas feitas de pequenas plataformas. De maior altitude, destaca-se ainda, neste domínio, a Alta Lombada – extensão erguida entre os 800 e os 900 me-

tros, cuja «...dorsal escura, despida de vegetação, fecha com a sua linha regular o horizonte (a Nascente) a quem olha de Bragança».

Estas descrições do ilustre geógrafo transmontano, datadas de já há mais de 70 anos, assinalavam o fundamental da fisiografia da região, para o mais restrito espaço da Terra¹ Fria Transmontana, como país de planaltos, sulcados profundamente pelos vales dos rios que drenam para o Douro, colhendo a sombra das serras que dele se erguem.

O relevo da Terra Fria é sobretudo caracterizado pela dominância de planaltos extensos, sulcados por vales de meandros profundamente entalhados nos xistos, transformando-se as superfícies altas num mar de cabeços separados por uma rede hidrográfica muito densa.

Entre os 400 e os 700 metros, desenvolvem-se as áreas de transição mais expressivas, onde a maior parte do curso dos rios da zona e dos vales que os envolvem apresentam fundo estreito e perfil em V agudo, separados uns dos outros por interflúvios de feição aplanada ou arredondada. Continuados para altitudes mais baixas, nas linhas de água principais, os vales mantêm-se, porém, acima dos 400 metros nos seus afluentes. Nesta faixa, destaca-se em especial a fértil superfície abatida da Baixa Lombada, nas imediações de Bragança, tanto mais expressiva quanto se opõe ao planalto elevado da Alta Lombada, que lhe é sobranceiro a nascente, mais agreste e desabrigado.

A cota 1000 abre os domínios da Montanha e da Alta Montanha que sucedem aos planaltos. Esta curva de nível envolve, com o seu contorno, os acidentes mais notáveis da região e, por isso, o domínio serrano, identificado pelos maciços das serras de Nogueira (1318 metros) e de Montesinho (1481 metros). Apenas estas serras ultrapassam os 1300 metros, cota que define os exíguos domínios da Alta Montanha. Os seus cimos enquadram-se no que tipifica os coroamentos das montanhas de Trás-os-Montes: superfícies aplanadas, pequenos retalhos testemunhando uma antiga plataforma de erosão. «Em Montesinho, ao cabo de dois quilómetros de subida, quase se esquecerá que se caminha numa montanha; até ao ponto culminante sucedem-se as esplanadas cada vez mais altas, sulcadas de picos e morros arredondados» (Taborda, 1932: 44).

* Professora coordenadora da Escola Superior Agrária de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança

** Professor da Escola Superior Agrária de Bragança do Instituto Politécnico de Bragança

Na parte oriental do concelho desenvolve-se largamente a peneplanície onde o planalto de Deilão atinge quase 1000 metros.

No que especificamente aos solos diz respeito, é nítido, no concelho, o efeito da temperatura e da precipitação na espessura do solo e na sua pedregosidade, predominando os solos incipientes, em particular os leptossolos (do grego leptos, delgado), assentando sobre rocha dura, encontrada a menos de 50 centímetros de profundidade. Os cambissolos ocupam mais de metade da área não afectada a Leptossolos, em declives quase sempre inferiores a 12 por cento. São estes últimos solos pouco evoluídos, onde o Horizonte B dá o nome à Unidade Pedológica – Horizonte Câmbico (do latim *cambiare*, a significar mudança de material simplesmente meteorizado para zona de actuação de processos pedogenéticos).

Os solos evoluídos – luvisolos (de iluviação, processo de transporte vertical de colóides no perfil do solo) e alissolos (de alumínio, pela natureza mais aluminosa da fracção coloidal) – cobrem apenas cerca de dois e quatro por cento do território do concelho, onde os luvisolos são mais frequentes que os alissolos. Ambas as unidades pedológicas se confinam aos declives mais suaves dos relevos ondulados de planalto, onde constituem a parca reserva de solos férteis da região, sendo, por isso, sujeitos a utilização mais intensiva.

Os fluvisolos (do latim *fluvius*, rio) desenvolvem-se nas manchas aluviais, bordejando as linhas de água, resumidas na região a faixas estreitas e descontínuas. Detendo elevado potencial para uso agrícola, por via de espessura, disponibilidades hídricas e topografia favoráveis, estão ocupados pelas culturas mais intensivas de regadio. Ao redor de Bragança situam-se manchas significativas destes solos.

Naturalmente que outras unidades pedológicas ocorrem também, ocupando pequenas manchas, embora frequentes na região, como é o caso dos regossolos (de rególito – do grego *rhegos*, manto, e *lithos*, rocha – a significar material grosseiro com fragmentos de rocha). São solos desenvolvidos de espessura superior a 1 metro, tendo geralmente ocupação agrícola e também hortícola em torno das povoações.

O clima e a rede hidrográfica

A isoterma dos 10°C médios anuais envolve e destaca os maciços montanhosos da área – Nogueira e Montesinho. É somente nesta última, a mais alta e mais setentrional, que se registam valores inferiores a 8°C, de resto limitados aos espaços acima dos 1000 metros de altitude. É notória a diversidade espacial do elemento climático temperatura. Gonçalves (1991) prova que em menos de 20 quilómetros em linha recta (de Montesinho a

Gimonde), podem observar-se diferenças na temperatura média anual superiores a 4°C, e que nos 50 quilómetros que distam do topo de Montesinho ao encontro Maçãs-Sabor a temperatura do ar sobe em média mais de 6°C. A altitude é, no caso, o principal responsável por estas variações espaciais (Montesinho – 1481 metros; Gimonde – 530 metros; Foz do Maçãs – abaixo dos 300 metros). Seguindo o ritmo das estações, a temperatura atinge, na maior parte do território, valores médios em torno dos 20°C em Julho e Agosto. Apenas nas cotas mais elevadas as temperaturas de Verão são substancialmente menores (Montesinho, 16,5°C); pelo contrário, a média do mês mais quente pode superar os 22°C no encaixe do sistema Maçãs-Sabor. No mês mais frio (Janeiro), a temperatura média no território não ultrapassa os 4-5°C, sendo bem menor nas áreas de serra (Montesinho, 1,5°C) (INMG, 1991; Gonçalves, 1991). Esta distribuição estacional evidencia contrastes térmicos muito marcados, porventura os mais expressivos do País, com amplitudes térmicas anuais da ordem dos 16°C (Bragança, 16,2°C).

Os rigores inverniais são mais marcados em altitude, com Montesinho a registar temperaturas mínimas em média negativas em Janeiro e Fevereiro (-1,2°C em Janeiro), um extenso período de ocorrência de geadas (a que praticamente só escapam os meses de Verão) e extremos absolutos muito expressivos (algo inferiores aos -12°C de Bragança) (INMG, 1991; Gonçalves, 1991). No período estival as temperaturas máximas diárias são frequentemente superiores a 25°C, somando 45 a 50 dias nos meses de Julho e Agosto, do total de 75 a 85 que se registam em média no ano com essas condições (valores que se referem à faixa de altitudes dominante na região – os planaltos).

A amplitude térmica diária média no ano situa-se em torno dos 10°C, o que é por si revelador do carácter continental também saliente no território. O efeito da continentalidade (da ibericidade, no dizer dos fitogeógrafos) é ainda mais notório no Verão, estação em que a amplitude diária da temperatura do ar excede os 15°C na zona oriental da Terra Fria, no mês mais quente, embora na zona central (concelho de Bragança), e muito especialmente em altitude, aquele valor não seja atingido. A amplitude média diária de Inverno ronda genericamente os 7°C (INMG, 1991; Gonçalves, 1991).

Os máximos de temperatura e sua distribuição temporal contribuem, porventura mais até do que outros parâmetros climáticos, para identificar este território: a Terra Fria, distinguindo-o, em Trás-os-Montes, da Terra Quente (Gonçalves, 1991a).

As precipitações na Terra Fria Transmontana apresentam assinalável variação espacial, desde mais de 1200mm, nas áreas serranas centrais, a menos de 600mm, nos encaixes do Douro Internacional e do Maçãs-Sabor. A relação entre precipitação e temperatura é muito clara e



Lameiro, em Cova Lua

inversa, já que são ambas influenciadas pela fisiografia e pelo mais ou menos acentuado efeito da continentalidade. A isoieta dos 800mm contorna as montanhas e os planaltos e montanhas de maior pluviosidade. As elevações de Montesinho-Coroa-Nogueira – prolongamentos das serranias espanholas fronteiriças, que ultrapassam os 2000 metros de altitude e envolvem o território pelo Norte – constituem assinaláveis redutos de humidade (Gonçalves, 1985a).

A distribuição das precipitações ao longo do ano segue, em todo o território, o regime mediterrânico. No semestre húmido (Outubro-Março) ocorrem em média 70 por cento do total anual de precipitação contra menos de 10 por cento no trimestre seco (Junho-Agosto), tendo os restantes meses carácter de transição. Nos meses de Julho e Agosto, as precipitações apenas excedem os 20mm mensais nas zonas serranas, situando-se em quase todo o território entre os 20 e os 10mm, raramente descendo para valores menores que 10 milímetros (INMG, 1991; Gonçalves, 1991).

Os frios inverniais são o traço dominante deste território. No entanto, mais que um país de neve, o concelho de Bragança é muito atreito a geadas, mercê da relativa secura dos planaltos desabrigados, lado a lado com depressões profundas onde a estagnação do ar favorece os

mecanismos de arrefecimento nocturno. É esta a região de Portugal onde mais frequentemente o solo se cobre de gelo e mais prolongada é a estação de geadas (Gonçalves, 1985; Ribeiro, 1996).

Se as condições topográficas são favoráveis à sua ocorrência, também o são as atmosféricas. Com efeito, a região está sujeita, com relativa frequência, à invasão de massas de ar frio, quer continentais, quer marítimas, que, favorecendo o arrefecimento generalizado da superfície, agudizado pela secura do ar no primeiro caso, determinam geadas de advecção (INMG, 1991; Gonçalves, 1985; Gonçalves, 1991a; Ribeiro, 1996). Em quase toda a área, o período em que ocorrem valores mínimos diários negativos de temperatura do ar vai fundamentalmente de Novembro a Março.

Os rios da região são elementos estruturantes da paisagem. Pelo que representam de fronteira natural entre blocos do território, pelos valores que abrigam nas suas vertentes, no estreito fundo dos seus vales ou nas suas águas que correm frias da montanha até ao planalto, os rios condicionam as actividades humanas, asseguram recursos, acrescentam diversidade e ritmo à rígida monotonia das formas esculpidas neste solo antigo. O principal rio deste concelho é o Sabor, com uma rede de afluentes e subafluentes com significado.

Toda esta rede hidrográfica drena para o Douro, encontra caminho em talvegues que o seu próprio trabalho erosivo vai afundando, comandada por aquele que, aqui, ainda deles nada recebe. De facto, o rio Douro constitui o nível de base regional e a ele vão afluir, já no seu troço unicamente português, todas as principais linhas de água deste território. A rede hidrográfica principal é de caudal permanente, apenas secando no Verão alguns dos seus afluentes secundários e terciários.

O revestimento vegetal e as culturas

O revestimento vegetal depende do clima, do relevo e do solo, embora as associações vegetais reflectam a intervenção humana, criando de certa maneira uma paisagem nova.

Rego (2001), quando se refere ao conhecimento sobre a evolução da paisagem e vegetação a partir da última glaciação, menciona que, nas serras de Trás-os-Montes o coberto florestal original seria dominado por espécies dos géneros *quercus* e *pinus*. Este autor ainda comenta os ciclos de avanço e recuo da floresta, naturalmente ligados às populações, os quais devem ter sido semelhantes aos de outras áreas do Mediterrâneo, embora, no início da era cristã, a paisagem vegetal haja sido descrita como pouco habitável. Admite que, nos séculos I a IV, a floresta possa ter sido muito explorada, conduzindo a um empobrecimento e abandono do território, regenerando nos dois séculos seguintes, para a partir daí haver uma tendência geral para a desarborização acentuada em todo o continente, fruto da agricultura e pastorícia.

Em *Dois Séculos da Floresta em Portugal*, da autoria de Radich e Alves (2000), é perceptível a dificuldade de precisar a dimensão física da floresta, afirmando-se que no século XIX, terão acontecido três ritmos de andamento na avaliação da floresta. Um primeiro, «longo e lento»; outro, de 1868-78, «década decisiva em que os traços da floresta se vincam»; por último, desde esta data até finais da primeira década do século XX, o terceiro, «marcado por uma acumulação já respeitável de resultados», embora estes apontassem para baixos valores de coberto florestal do território e, conseqüentemente, da sua divisão cultural.

Vieira (2007) escreve que a história da floresta portuguesa revela uma acção continuada de desarborização contrariada regularmente por medidas de protecção e fomento, para, a partir do início do século XIX, num quadro de grande desarborização do país, se ter iniciado uma política sistemática de reflorestação. Assim, como consequência da referida desarborização e de uma errada utilização do solo, vastas extensões de território português apresentavam um aspecto erosionado, ravinoso e desolador.

O legado do século XIX ao seguinte traduz-se «na percepção da extensão dos espaços florestal e florestável, na

identificação da floresta portuguesa, no reforço dos meios e propósitos de actuação e de intervenção do Estado», sem esquecer a potencialidade conflitual que transportava (Radich & Alves, 2000).

No século XX, com base nos inventários florestais realizados, e suas actualizações, pode afirmar-se que a área florestal aumentou significativamente, tendo praticamente triplicado relativamente anterior. Refira-se que, para tal, contribuiu seguramente a Lei de 1901, que instituiu o Regime Florestal, uma vez que: «compreende o conjunto de disposições destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, das montanhas, e das areias, no litoral marítimo.»

Taborda (1932) refere que a fisionomia vegetal, no Alto Trás-os-Montes, deriva da combinação dos bosques, do «monte», dos prados e das culturas e traz impressa a marca da Natureza, aparecendo assim, lado a lado, as árvores de folhas caducas, espessas ou membranosas, grandes e recortadas, com as árvores esclerófilas, de folhas persistentes, duras, pequenas e coriáceas. Este autor exemplifica o facto através do «contraste entre a massa sóbria, verde-escura dos soutos de castanheiro e a mancha cinzento-metálica dos olivais», embora o castanheiro e a oliveira sejam tipos opostos de vegetação e símbolos de regiões fitogeográficas diferentes.

Na obra *Geografia de Portugal*, de Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, comentada e actualizada por Suzanne Daveau (1987), faz-se notar que, embora a fisionomia de Portugal seja dominada, em grande parte, pela posição atlântica, o país não atinge o litoral Norte da Península, estando disposto de través na zona mediterrânica, pelo que fica todo incluído na zona de Verão seco, sendo as plantas mediterrânicas, adaptadas a estes verões, as mais difundidas. Em 1945, Orlando Ribeiro situava Portugal na encruzilhada do mundo mediterrânico e atlântico, indicando ainda a influência de outra tonalidade, especificamente continental e designada por ibérica, que dizia afectar sobretudo o chamado «Interior» de Portugal. Esta tonalidade apresenta forte expressão na Terra Fria Transmontana e, conseqüentemente, no concelho de Bragança, através do carvalho negral e da azinheira, espécies indicadoras de zonas de Invernos microtêrmicos e verões muito quentes.

Do relevo resultam directamente contrastes climáticos conducentes a particularidades do clima que levam a idênticas particularidades da cobertura florestal ao nível da vegetação autóctone, isto é, sempre que a precipitação média anual desce abaixo dos 600mm, nas regiões eco-



Parque Natural de Montesinho

lógicas de influência ibero-mediterrânea, surge naturalmente a azinheira.

Esta situação não se restringe somente à bacia do Douro, acontecendo ao longo de todos os seus afluentes e subafluentes, que canalizam por toda a Terra Fria Transmontana a influência mediterrânea, a qual pode ser lida na paisagem vegetal das margens no Sabor (freguesias de Outeiro, Grijó de Parada, Rio Frio, Milhão, Babe, Gimonde, Alfaião, Faílde, São Pedro de Serracenos), assim como na própria sede do concelho na encosta do Castelo (margem do Fervença) fortemente povoada por oliveiras (cultura que melhor indicia o clima mediterrâneo) e amendoeiras. Onde o homem faz chegar a oliveira, chegam também as condições de temperatura e humidade que esta árvore tão bem consegue exprimir (Ribeiro *et al.*, 1987).

Por outro lado, a Terra Fria Transmontana está separada do mar por uma muralha de serras (em especial, Marão, Alvão, Falperra e Padrela), constituindo uma barreira à massa de ar húmido do Atlântico, que prelidiam uma certa aridez. Não admirando, por isso, que a depressão interior do Douro e dos seus afluentes, profundamente encravados entre montanhas e planaltos, pelos quais é sulcada, mostre a oriente valores de precipitação tão baixos como no Algarve, e a ocidente, concelho de Bragan-

ça, apresente o conjunto das áreas de características mais tipicamente florestais.

Já em 1910, altura em que a obra do Abade de Baçal começa a ser publicada, este autor menciona no Tomo IX: «Felizmente, hoje vai-se reconhecendo a necessidade de regressarmos ao Regime Florestal que o frade viu e praticou muito a tempo, sem se dar ares do luxo científico que a palavra inculca presentemente, porque na árvore está o futuro da agricultura; a caixa económica dos terrenos fracos, inúteis como produtores cerealíferos, inescotáveis porém quando a mata os embeleza e fertiliza.» Continua dissertando sobre as ordens religiosas, especificamente a Beneditina, sediada em Castro de Avelãs, que implantou, não só soutos e castiçais, mas também valiosas matas de carvalhos que se estendiam pelas povoações de Oleirinhos, Meixedo, Carragosa, Rio Frio de Carragosa, Espinhosela, Terroso, Vilarinho de Cova de Lua, Gondezende, Oleiros, Portela, Lagomar, Sabariz, Donai, Vila Nova, Castrelos, Alimonde, Conlelas, Carrazedo, Grandais, Castro de Avelãs, Gostei, Castanheira, Formil, Fontes Barrosas, Nogueira, Rebordãos, Sarzeda, Mós, Sortes, Lanção, Vidoedo, Santa Comba de Rossas, Arufe, Rebordainhos e Pinela. Cita ainda os «notáveis grupos de Argozelo, Carção, Gimonde, Izeda, Milhão, Paradinha Nova e Velha e Santualhão», que aproveita-

ram com cultura «as zonas de clima quente encravadas na Terra Fria».

Este concelho, do ponto de vista biogeográfico ou do estudo das relações entre a distribuição das espécies e as características climáticas e geológicas de um dado espaço, insere-se na região mediterrânica do Reino Holártico (J. Costa, C. Aguiar, J. Capelo & C. Neto, 1998), caracterizando-se essencialmente, pela ocorrência, no Verão, de dois meses em que a precipitação média mensal é menor que o dobro da temperatura média mensal, podendo, no entanto, haver excesso de água nas outras estações e, por outro lado, pela ocorrência frequente de bosques e matagais de árvores e arbustos de folhas planas, pequenas, coriáceas e persistentes. Nesta região é marcante a presença do género *Quercus*, espécies: *Q. rotundifolia* (azinheira); *Q. coccifera* (carrasco); *Q. suber* (sobreiro); *Pistacia lenticulus* (aroeira); *Viburnum timus* (folhado) e *Olea europea var. sylvestris* (zambujeiro).

De acordo com os mesmos autores, no artigo «Biogeografia de Portugal Continental» in Quercetea, esta zona enquadrada na região referida, pertence à província Carpetano-Ibérico-Leonesa, (superprovíncia: Mediterrânico-Iberoatlântica; sub-região: Mediterrânica Ocidental). A vegetação climática desta província é constituída pelo carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), por sobreirais e azinhais, sendo de citar, a nível das comunidades arbustivas, os giestais, cervunais e estevais.

Dentro da província, o concelho de Bragança pertence ao sector Orensano-Sanabriense. Este sector diz respeito ao território supramediterrânico sub-húmido e húmido, e integra as serras de Montesinho, Nogueira, planalto da Alta Lombada ou de Deilão. A paisagem deste Sector (Orensano-Sanabriense) é dominada pelos matos subseriais, neste caso, os matos primitivos de *Quercus pyrenaica* de urzal, giestal e medronhal.

A disposição da vegetação ripícola deste sector é comum a todos os territórios supramediterrânicos Carpetano-Ibérico-Leoneses portugueses. Assim, em troços diferentes do leito das linhas de água, podem observar-se os amiais (bosques de *Alnus glutinosa*) e uma série encabeçada por freixiais (bosques de *Fraxinus angustifolia*). Nas margens dos cursos de água temporários e de regime torrencial, com águas rápidas e turbulentas, são constantes os salgueiros arbustivos (género *Salix*).

De acordo com Costa *et al*, no distrito de Bragança, sobre rochas ultrabásicas estão presentes os azinhais do *Genisto hystricis-Quercetum rotundifoliae typicum* e as respectivas etapas de substituição: giestais do *Genisto hystricis-Cytisetum multiflori*, arrelvados perenes de *Agrostis castellana*, estevais do *Cisto ladaniferi-Genistetum hystricis* e arrelvados anuais do *Anthyllido lusitanicae-Tuberarietum guttati*. A distribuição dos géneros *Pinus* e *Quercus* está ligada à profundidade dos solos, estando os mais delgados ocupados sobretudo por povoamentos

de resinosas e os mais espessos por povoamentos de folhosas diversas.

O concelho enquadra-se, segundo Agroconsultores e Coba (1988), na região natural, designada por Bragança, correspondendo a uma grande unidade geofísica ou paisagística que integra aspectos fisiográficos, climáticos e de vegetação muito específicos ou afins. Fisiograficamente, a região compreende a vasta superfície planáltica do N/NE, a cotas médias dos 750/900 metros e que constitui parte integrante da Meseta Ibérica, nela se distinguindo morfológicamente três situações que identificam caracteristicamente outras tantas sub-regiões: sub-região oriental, sub-região ocidental e sub-região montanhosa. Na região natural de Bragança, do ponto de vista florestal, o carvalho negral faz parte da vegetação climática e marca uma presença dominante nas faldas da serra de Nogueira (freguesias de Rebordãos, Nogueira, Carrazedo, Ousilhão, Vilar de Peregrinos, Edrosa, Zoio, Celas, Sortes e Rebordainhos) e de outras serranias localizadas nas freguesias de Castrelos, Soeira, Fresulfe, Mofreita, Parâmio, Espinhosela, Gondesende, Castro de Avelãs, Gostei, Donai, Carragosa, Rabal, Meixedo, Bragança, Samil, Alfaião, S. Pedro de Serracenos, Faílde, Mós, Pínela, Pombares, Salsas e Quintela de Lapaças. No documento publicado pela Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina (CoraNE), intitulado Centro Rural de Montesinho, refere-se com especial ênfase que «os carvalhais, na zona compreendida entre os rios Tuela e Baceiro, fazem um contínuo que se prolonga para sul até à serra de Nogueira, constituindo um dos mais belos, extensos e bem conservados bosques de carvalho-negral da Europa».

Para além dos carvalhos, como autóctones, assumem relevância as manchas de resinosas, à base de pinheiros com uma ocupação superior a 50 por cento, situadas nas freguesias de Parâmio, Espinhosela, Carragosa, França, Aveleda, Rio de Onor, Deilão, São Julião de Palácios, Quintanilha, Rio Frio, Bragança, Salsas, Santa Comba de Rossas, Rebordainhos, São Pedro de Serracenos, Rebordãos e na parte norte da freguesia de Outeiro do concelho de Bragança.

Percorrendo estes povoamentos, a presença de elevada diversidade de líquenes na casca das árvores confere uma interessante variabilidade cromática ao arvoredado e uma envolvência de mistério a determinados bosques. Estes seres também funcionam como bioindicadores, apresentando grande sensibilidade aos efeitos nocivos da poluição atmosférica, pelo que uma grande concentração de líquenes é sinónimo de ambiente são.

O castanheiro, espécie emblemática do concelho, ocupa espaços muito significativos, marcando de uma forma peculiar a paisagem. Esta essência juntamente com o nosso carvalho, o carvalho-negral, são as espécies por excelência do espaço em apreciação, embora provavelmente o



Carvalhos na Serra da Nogueira



Souto de castanheiros

castanheiro, no estado natural, fosse uma essência disseminada como as restantes fruteiras da floresta, tais como cerejeiras, macieiras e pereiras bravas (Bourgeois, 1992), e não uma espécie social como o carvalho, não restando dúvidas de que a sua cultura foi imaginada no Próximo Oriente (como a de muitas árvores fruteiras), seguidamente transmitida aos Gregos e depois aos Romanos, que a difundiram em Portugal.

Pitte, em 1986, refere a existência de uma verdadeira civilização do castanheiro, que foi estabelecida na Europa entre o fim da Idade Média e o século XVIII, prolongando-se pelo século XIX e, em algumas regiões, nomeadamente em Trás-os-Montes e na Galiza, mesmo pelo século XX. Segundo o mesmo autor, a esta civilização, considerada muito própria e muito rica, está associado um particular imaginário, traduzido por diversos autores em elogios à beleza, majestade e «virilidade» desta árvore. Estes encontram naturalmente o seu fundamento no interesse alimentar do castanheiro, que exige poucos cuidados para dar muitos frutos..., representando a castanha, em épocas distantes, a base da alimentação, pelo que era denominada, entre outros epítetos, por «árvore do pão», «marido da ama de leite», «maná», «árvore da vida».

Sob o ponto de vista das plantações florestais do castanheiro, desenvolveram-se principalmente em duas gran-

des épocas: Idade Média, acompanhando a viticultura, tanto na Itália como na França, os monges das grandes abadias proprietários de vinhas, necessitavam desta madeira para apoio àquela cultura, e no século XIX. Também em Portugal, o castanheiro, como espécie florestal, é referido em Inquirições dos anos 1220 e 1258, em plena Idade Média (Monteiro, 1988).

A outra época em que a cultura do castanheiro se desenvolve é o século XIX, quando se faz sentir a necessidade de madeira para forjas, minas e outras indústrias. Empregado ainda na construção, o castanho vai ser muito utilizado como madeira de serração.

A castanha desta região apresenta uma mais-valia conferida pela Denominação de Origem Protegida (DOP) «Castanha da Terra Fria», extensiva a outros concelhos para além dos de Bragança, Vinhais e Vimioso. Nesta DOP é o concelho de Bragança que apresenta, dentro das suas explorações rurais, um maior número de explorações (39 por cento do total) com castanheiro e praticamente metade (45 por cento) da área plantada (RGA, 1999).

Apesar do interesse por esta espécie que marca fortemente a paisagem agro-florestal do concelho, tendo sido o seu ouriço elevado a símbolo do Parque Natural de Montesinho, verifica-se que graves problemas atingem o castanheiro, nomeadamente o incremento da propagação de

doenças (tinta e cancro), provocando, em alguns casos, a morte precoce das árvores.

De acordo com Agroconsultores e Coba (1991), a zona da Terra Fria divide-se em três regiões naturais, já anteriormente descritas. Estes autores referem que, na Região Natural de Bragança, o tipo de ocupação rural ou agrária é essencialmente de pastagem de vale (lameiros húmido e secadal); cereal de Inverno (centieiras) e pousio/pastagem; soutos e pecuária bovina. Passadas praticamente duas décadas – ou seja na actualidade –, em termos de pecuária, o panorama modificou-se significativamente, pois a pecuária bovina, predominante nas regiões naturais de Bragança e Miranda-Mogadouro, deu lugar à pecuária ovina, descendo fortemente o número de efectivos bovinos, devido, por um lado, ao abaixamento do preço da carne ao produtor e, por outro, ao envelhecimento da população rural e consequente redução de mão de obra disponível para manutenção dos efectivos anteriormente existentes. É de realçar, porém que neste concelho o gado bovino pertence maioritariamente à raça mirandesa, alimentada nos lameiros, constituindo a sua carne uma referência gastronómica de elevado valor.

Os lameiros – parcelas valiosas da exploração agrária –, que já tiveram maior representatividade, podem ser de regadio e sequeiro. Estes somente têm água quando chove ou neva, e os de regadio têm água todo o ano e mantêm-se através da rega de lima, sendo, em geral, pastoreados directamente e vedados ao pasto entre Março-Abril e Maio-Junho, com o objectivo de dar um corte para feno no Verão. (Um parêntesis para realçar o aroma do feno na altura da recolha...).

Refira-se, ainda, que é vulgar os espaços rurais do concelho serem ocupados e compartimentados especialmente com freixos, embelezando e enriquecendo os lameiros, ao formar cortinas forrageiras (o nome do género *Fraxinus*, a que o freixo pertence, provém da palavra grega *fraxis*, que significa cortina, vedação), pois que os negrilhos ou olmeiros de outrora e que tanta relevância tiveram, nomeadamente, pela utilização das suas folhas na engorda dos suínos e a madeira para as rodas dos carros de bois e utensílios de lavoura, foram sendo dizimados por via da grafiose. Também os amieiros e choupos estão fortemente presentes neste ambiente, transmitindo calma e beleza, favorecendo actividades de lazer e turismo, já que contribuem para o aumento da diversidade da flora e da fauna; e constituindo alimento e refúgio para a caça. Além de incrementarem as reservas de água no solo e os rendimentos em produção vegetal e animal, melhoram o conforto do gado, actuando como reguladores do clima, elevam a temperatura e protegem contra os efeitos mecânicos do vento. É conhecido que, para além dos lameiros tradicionais, sobretudo o pastoreio de gado ovino se desenvolve em zonas de cultura cerealífera, com a utilização dos restos e da cobertura herbácea dos pousios. De acordo com

o INE/RGA (1999), é no concelho de Bragança que os cereais para grão ocupam a primeira posição, embora os prados e pastagens permanentes preencham praticamente área idêntica. Também os frutos secos, que dizem respeito essencialmente ao castanheiro, mostram uma grande ocupação de área em Bragança.

Quanto às culturas agrícolas, Orlando Ribeiro in *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, afirma que do Mediterrâneo vieram as lentilhas, a fava, o grão, o linho de sementes grossas e algumas ervas de pasto, para além da oliveira e da vinha. Da Ásia vieram o linho de sementes finas, o trigo-mole, muitos legumes, a vinha e a maior parte das árvores de fruto que dão fama aos pomares mediterrâneos: nogueira, amendoeira, cerejeira, macieira, pereira, marmeleiro, pessegueiro e damasqueiro. O trigo e a cevada (cereal que melhor suporta a secura) contam-se entre as culturas mais antigas. O último contributo cabe à América, com o milho graúdo e a batata.

Mais uma vez seguindo Taborda, este autor escrevia que, nos anos 30, os cereais ocupavam, no território em estudo, a maior parte da terra cultivada, ultrapassando em muito os restantes produtos, pertencendo o primeiro lugar ao centeio, seguido do trigo.

O sistema de cultivo assentava no afolhamento bienal, com um ano de pousio, dividindo-se a terra consagrada à lavoura em duas folhas que se granjeavam alternadamente. Porém, os pousios poderiam ir até cinco anos nos solos magros dos cumos e encostas, praticando-se por toda a parte – as queimadas-, sobrevivência do modo antigo de cultivar, sendo as cinzas espalhadas pela terra. Nos solos mais profundos e mais bem adubados, vigorava o afolhamento bienal, em que entra quase sempre a batata associada a cereais (trigo, milho ou centeio).

Assim, a cultura dos cereais, nomeadamente do centeio, ocupou um lugar de relevo na Terra Fria, bem como a da batata que, introduzida no século XVIII em Portugal, de norte para sul, conheceu um grande incremento nos séculos XIX e XX. O Abade de Baçal (Tomo IX) diz que a cultura da batata se inicia no distrito de Bragança por volta de 1800. Neste tomo, reporta-nos para a o Tomo II (pág. 182), em que cita, de uma pastoral de 30 de Setembro de 1817, que «se deve continuar a pagar dízimo nas terras onde a batata se cultivava, aliás por ordem emanada em 1801, bem como naquelas onde esta cultura estava a ser introduzida».

No que respeita à vinha, fora do Alto Douro, a produção de vinho era praticamente para consumo local. Porém, ainda o Abade de Baçal (Tomo II) refere que, em 1858, por alvará datado de 23 de Março, foi autorizado a José de Sá Pilão fundar uma máquina de destilação para aguardente na margem esquerda do Sabor, assim como, a 27 de Abril desse mesmo ano, foi concedido a Diogo Albino de Sá Vargas montar também uma máquina de destilação de vinhos no sítio da Calçada, na cidade de



Parque Natural de Montesinho

Bragança, e ainda, a 30 de Abril do mesmo ano, montar outra, em Gimonde, a Manuel Paulino de Oliveira. Na actualidade, existem vinhedos com significado nas freguesias de Izeda, São Pedro de Serracenos e Gimonde, do concelho de Bragança.

Oliveira Baptista (1996) analisando o que neste século aconteceu relativamente ao uso da terra escreve: «Em meados do séc XX a agricultura e sociedade rural alcançavam a sua maior expressão demográfica, e a vida das aldeias e lugares assentava na população agrícola que se havia apropriado de todo o espaço disponível.» À época desta publicação (1996) «a agricultura já não unifica a sociedade rural com todo o território não urbano» tendo a «agricultura sofrido uma profunda transformação tecnológica com repercussões óbvias no seu peso na economia e na sociedade». Prossegue, afirmando que, «no aproveitamento do território, ao fim dos incultos sucedeu a sobra de terra para a produção agrícola, ou seja passou-se duma perspectiva em que se defendia o máximo aproveitamento do território para outra em que se apresenta, como inevitável, o abandono de parte dele pela agricultura». Esta

asserção surge, para além de diversas causas (envelhecimento da população, preços à produção, entre outros) como consequência da Política Agrícola Comum.

Releve-se que em obra recente sobre a *Monografia das Freguesias do Concelho de Bragança*, quando se analisa o quadro resumo de cada uma delas, se verifica que dentre as 49 freguesias que compõem o concelho, todas elas têm como actividade a agricultura, à excepção da freguesia da Sé, em Bragança. Grande parte vive também da pecuária e somente nas freguesias de Babe, Coelhooso, Izeda, Macedo do Mato, Outeiro, Parada e Paradinha Nova a olivicultura mostra importância. Nas freguesias de Aveleda e Gondesende, é referida ainda a actividade silvícola.

Relativamente a este tema – culturas e revestimento arbóreo – refira-se como curiosidade que, no Tomo IX, do Abade Baçal, são mencionadas algumas das explicações populares da botânica que eram frequentemente usadas nesta zona, relativamente ao vinho, aguardente, trigo, centeio, pela vulgaridade da sua colheita, assim como ao amieiro e freixo, pela sua frequente utilização.

**BRAGANÇA MARCA A HISTÓRIA,
A HISTÓRIA MARCA BRAGANÇA**

Edição da Câmara Municipal de Bragança

Coordenação geral
CESO CI Portugal, SA

Coordenação executiva
Armando Fernandes

Direcção gráfica
Armando Alves

Copydesk
Alexandre Manuel

Revisão
Ayala Monteiro

Apoio Editorial
Rita Miranda

Créditos fotográficos
Arquivo Municipal de Bragança
Câmara Municipal de Bragança
Jorge Murteira
Manuel Teles
Museu Abade de Baçal

Pré-impressão
A. Alves – Arte e Edições, Lda

Impressão e acabamento
Greaca - Artes Gráficas

Depósito Legal: 289007/09

ISBN: 978-989-95687-7-8

Todos os direitos reservados.

Bragança 2009